



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

ATA 02/2022

ATA DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO
DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022 (quinta-feira)

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 17h, na Sala de Sessões “Plenário Ministro Coqueijo Costa”, situada no 3º andar do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na rua Barão de Jaguará, nº 901, nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, em sessão telepresencial híbrida, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Presidente do Tribunal, reuniram-se os membros desta Egrégia Corte, em sessão especial, para abertura do Ano Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

Presentes as Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras do Trabalho e os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Trabalho Fabio Grasselli, – Vice-Presidente Administrativo, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani – Vice-Presidente Judicial, Ana Paula Pellegrina Lockmann – Corregedora Regional, Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza – Vice-Corregedora Regional, José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, Lorival Ferreira dos Santos (embora em férias), Edmundo Fraga Lopes, Samuel Hugo Lima, Maria Madalena de Oliveira, Erodite Ribeiro dos Santos, Manoel Carlos Toledo Filho, Claudinei Zapata Marques, José Otávio de Souza Ferreira, Helcio Dantas Lobo Junior, Eleonora Bordini Coca, Carlos Alberto Bosco (embora em licença-curso), João Batista Martins César, Luiz Felipe Paim



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Secretaria-Geral Judiciária

Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

da Luz Bruno Lobo, Edison dos Santos Pelegrini, Luciane Storel, Wilton Borba Canicoba, João Batista da Silva, Fábio Bueno de Aguiar, Renato Henry Sant'Anna e Paulo Augusto Ferreira.

Ausentes os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Desembargadores(as): justificadamente, Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, Luiz Roberto Nunes, Gerson Lacerda Pistori, Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, Tereza Aparecida Asta Gemignani, Thomas Malm, Susana Graciela Santiso, Dagoberto Nishina de Azevedo, Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira, Roberto Nóbrega de Almeida Filho, Eder Sivers, Antonia Regina Tancini Pestana, Fábio Allegretti Cooper, Ricardo Antonio de Plato, Ricardo Regis Laraia, José Carlos Ábile, Luís Henrique Rafael e Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim; em férias, Fernando da Silva Borges, Antonio Francisco Montanagna, João Alberto Alves Machado, Rosemeire Uehara Tanaka, Jorge Luiz Souto Maior e Orlando Amâncio Taveira; em licença-gala, Renan Ravel Rodrigues Fagundes; compensando dia anteriormente trabalhado em férias, Maria da Graça Bonança Barbosa.

Composta a Mesa de Honra pelas seguintes autoridades: Excelentíssima Senhora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; Excelentíssima Senhora Renata Gil de Alcântara Videira, Juíza Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Excelentíssima Senhora Luana Lima Duarte Vieira Leal, Procuradora-Chefe em exercício da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região; Doutor Peter Panutto, Secretário Municipal de Justiça, representando o Prefeito de Campinas, Doutor Dário Saadi; Excelentíssimo Senhor Sérgio Polastro Ribeiro, Juiz Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região; Excelentíssimo Senhor Pedro Fabris de Oliveira, Procurador Coordenador do Núcleo do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, também representando a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; Doutor Ricardo Ortiz de Camargo, Presidente da Comissão Especial de Relacionamento da Ordem dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

Advogados do Brasil - São Paulo com o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, também representando a Presidente daquela instituição, Doutora Patrícia Vanzolini; Coronel da Polícia Militar, Renato Nery Machado, Comandante de Policiamento do Interior 2.

Dando início à solenidade, os presentes entoaram o Hino Nacional Brasileiro.

A seguir, o Excelentíssimo Ministro Emmanoel Pereira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, fez uso da palavra, por intermédio da transmissão de um vídeo: “Muito boa tarde aos amigos e amigas do Tribunal da 15ª Região, na pessoa da Desembargadora Amarylis de Oliveira, a quem rendo todas as homenagens neste instante. Impossibilitado de pessoalmente cumprimentá-las e cumprimentá-los, eu mando daqui do TST o meu abraço carinhoso, cordial e fraterno a todos que fazem a 15ª Região. Sejam Magistrados, Servidores, enfim, todos que ajudam ao crescimento e engrandecimento desse Tribunal. Tribunal que existe há 36 (trinta e seis) anos e que vem, em termos de julgamento e recebimento de processos, sendo o segundo do país. O meu abraço também à Direção desse Regional, na pessoa da Doutora Ana Paula, Corregedora. Enfim, eu peço desculpas, mais uma vez, por não estar junto de vocês, compartilhando esse momento maravilhoso de reabertura do Ano Judiciário da 15ª Região. Meu abraço carinhoso e fraterno a todos que fazem este Regional.”

Na sequência, o cerimonial esclareceu que em virtude da notória exiguidade de espaço na mesa de honra e considerando a adoção de todos os cuidados sanitários que a situação ainda exige, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região estendeu a todas as personalidades presentes a sua mais calorosa receptividade. E especialmente agradeceu e registrou o comparecimento das seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Frederico Monacci Cerutti, Juiz Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região, São Paulo; Excelentíssimo Senhor Marcus Menezes Barberino Mendes, Juiz Diretor de Formação e Cultura na Associação Nacional dos Magistrados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

da Justiça do Trabalho; Excelentíssima Senhora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, Juíza Titular da 10ª Vara do Trabalho de Campinas, representando a Associação Juízes para a Democracia; Doutora Luciana Gonçalves de Freitas, Presidente da Subseção de Campinas da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutora Thais Proença Cremasco, Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Campinas; Major Marcos Ozi Amaral Prado, representando o Comandante da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, General Agnaldo Oliveira Santos; 1º Tenente Luiz Gustavo Pires de Camargo, Assessor para Assuntos Jurídicos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, representando seu Comandante, Coronel Flávio Moreira Mathias; Doutora Maria Cristina Mattioli, Desembargadora aposentada, Presidente do Conselho Superior de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, representando as Presidências da FIESP e da CIESP; Senhora Sanae Murayama Saito, Diretora da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo, representando seu Presidente, Senhor Abram Szajman; Doutor Leopoldo Rocha Soares, Coordenador de Graduação do Curso de Direito e representante da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O cerimonial registrou a participação das seguintes autoridades na Mesa de Honra Virtual:

Excelentíssimo Senhor Alberto Bastos Balazeiro, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Excelentíssima Senhora Graziela Leite Colares, Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Pará e Amapá; Excelentíssima Senhora Ana Carolina Zaina, Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Paraná; Excelentíssima Senhora Ormy da Conceição Dias Bentes, Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Amazonas e Roraima; Excelentíssimo Senhor Alexandre Carvalho e Silva de Almeida, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, representando o Presidente daquela Corte, Excelentíssimo Senhor Ricardo Mair Anafe; Excelentíssimo Senhor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

Paulo Adib Casseb, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, representando o Presidente daquela Corte; Excelentíssima Senhora Carolina da Silva Ferreira, Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Doutor Mário Luiz Oliveira da Costa, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; Doutor Renato Pacheco Neto, Cônsul-Geral da Suécia; Professor Mestre Francisco Vicente Rossi, representando o Magnífico Reitor da PUC Campinas, Professor Doutor Germano Rigacci Júnior; Doutor Valmir Caldana, 1º Vice-Diretor do CIESP Campinas, representando aquela entidade.

O Cerimonial agradeceu, em nome do Tribunal, o recebimento das inúmeras mensagens de congratulações pelo evento e informou que a solenidade estava sendo transmitida por meio do endereço eletrônico do Tribunal, saudando a audiência que acompanhava o evento pela Internet.

Dando prosseguimento à sessão solene, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Tribunal, abriu oficialmente a cerimônia. Saudou o Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho Ministro Emmanoel Pereira, os Membros da Mesa já nominados, as Desembargadoras e os Desembargadores na pessoa do Decano Desembargador José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, as Senhoras Juízas e os Senhores Juizes, os Membros do Ministério Público, as Senhoras Advogadas e os Senhores Advogados, as Servidoras e os Servidores, as Senhoras e os Senhores, proferindo as seguintes palavras: “A cerimônia de Abertura do Ano Judiciário neste plenário, na presença de alguns colegas e convidados, possibilitando também a audiência à distância, é reconfortante, esperançosa e o prenúncio de dias cada vez melhores e mais próximos daquilo que chamávamos de normalidade. Foram dois anos de muitos desafios para o Tribunal, que não parou. Magistrados e servidores imbuídos do verdadeiro espírito público não deixaram de atender à sociedade. Este encontro é uma oportunidade para fazermos um balanço das atividades e conquistas. Momento também em que projetamos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

nossos planos para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, que abrimos nossas expectativas para o incremento das atividades jurisdicionais, norteados pela missão imprescindível de realizar justiça no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e para o fortalecimento da cidadania. Ainda vivemos sob os efeitos e os impactos da pandemia da Covid-19. Mais de 650 mil pessoas morreram em decorrência da doença no Brasil. Por isso, considero oportuno aqui solicitar a todos um minuto de silêncio em memória das vítimas e de suas famílias enlutadas. Apesar da crise sanitária, o Tribunal tem exercido suas atividades de forma profícua! O ano de 2021 foi marcado por avanços tecnológicos e inovações na prestação jurisdicional para fazer frente à pandemia, amparados pelo Programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça. Implantamos o Balcão Virtual, uma ferramenta digital que permite o contato on-line imediato com as unidades judiciárias de primeiro e segundo grau por meio de videoconferência. Passamos a utilizar a plataforma Zoom como sistema oficial para realização de audiências e sessões de julgamento telepresenciais. Realizamos mais de trezentas e dezoito mil audiências no ano de 2021 envolvendo todas as modalidades, o que representa um aumento de 48,30% se comparado a 2020. Encerramos o ano com o Juízo 100% Digital em funcionamento em toda a nossa jurisdição. O serviço não só modernizou a prestação jurisdicional em todas as fases processuais de conhecimento, liquidação e execução, como também proporcionou a realização de audiências e sessões de julgamento exclusivamente por meio digital, facilitando o acesso à Justiça de advogados e jurisdicionados sem a necessidade de deslocamento físico. Mesmo impactados com a pandemia e a necessidade da adoção do trabalho telepresencial em boa parte do ano, registramos aumento de produtividade no período. Solucionamos no primeiro grau de jurisdição duzentas e vinte e duas mil, oitocentas e trinta e seis ações, 20,87% a mais do que as cento e oitenta e quatro mil, trezentas e cinquenta e nove finalizadas em 2020. Em 2021, foram julgados em segunda instância cento e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e um processos e recebidos cento e vinte dois mil,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

novecientos e noventa e cinco, com cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e um pendentes de julgamento ao final do mês de dezembro. Fomos o único tribunal de grande porte que obteve 100% no índice de produtividade comparada da justiça (IPC-JUS) no segundo grau de jurisdição, de acordo com os dados do Relatório Justiça em Números 2021 (ano-base 2020), divulgado pelo CNJ. Trabalhando de forma híbrida ou telepresencial, Magistrados e Servidores do TRT da 15ª Região registraram ampliação no total de valores pagos aos trabalhadores em 2021. Acordos, execuções e pagamentos espontâneos somaram R\$ 4,82 bilhões, superando 2020, quando foram destinados R\$ 4,79 bilhões. De cada cem processos finalizados nas unidades, cerca de trinta e nove terminaram em acordo no ano passado, reiterando que a conciliação faz parte da cultura da Justiça do Trabalho. Na semana Nacional de Conciliação e Execução Trabalhista, realizada em setembro do ano passado com audiências de conciliação telepresenciais, foram movimentados mais de 600 milhões de reais, que beneficiaram mais de vinte mil trabalhadores. Lideramos o ranking nacional, sendo responsáveis por 32,35% do total acumulado. Em novembro, no evento capitaneado pelo CNJ que mobiliza todas as esferas do judiciário, o TRT-15 homologou R\$ 105 milhões. Destaco a atuação dos nossos 15 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho – os CEJUSCS – e também das 14 Divisões de Execução. Esses resultados são frutos da percepção de que os métodos consensuais são estratégicos para a solução de um maior número de processos, inclusive aqueles em fase de execução. Com o Projeto Garimpo também temos conseguido dar uma importante contribuição à sociedade, principalmente neste período de crise. Foram liberados R\$ 106 milhões em saldos remanescentes localizados em contas judiciais. Em 2021, sob coordenação da Corregedoria Regional do TRT-15, a Justiça do Trabalho deu um importante passo para a consolidação do fluxo nacional otimizado de procedimentos em primeira instância, chamado de Plataforma WIKI VT. A ferramenta de gestão do conhecimento, construída coletivamente, descreve e orienta as rotinas das secretarias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

das Varas do Trabalho e está disponível na internet para consulta diária de servidores e magistrados de todo o país. A iniciativa corrobora com a nossa missão, representando um ganho para o cidadão na busca de uma justiça mais célere e efetiva. Em 2021 fomos agraciados ainda com o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Prata, a partir da análise de quatro eixos temáticos: Governança, transparência e dados, produtividade e tecnologia. Por fim, considero de extrema relevância destacar as iniciativas de responsabilidade social e ambiental do TRT-15. Por meio do Programa Trabalho Seguro, do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de estímulo à aprendizagem e do Comitê para a Erradicação do Trabalho Escravo Contemporâneo, do Tráfico de Pessoas, da Discriminação de Gênero, Raça, Etnia e promoção de igualdade, realizamos ao longo do ano, através da Escola Judicial, diversas atividades virtuais educativas voltadas à conscientização da sociedade civil. Importante ainda evidenciar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo escritório de gestão socioambiental, vinculado à assessoria de gestão estratégica e subordinado à Presidência do Tribunal. Seguimos à risca nossa política de responsabilidade socioambiental, que se encontra alinhada aos objetivos do desenvolvimento sustentável da organização das nações unidas e que fornece diretrizes para uma gestão eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos no âmbito do TRT-15. O período foi muito caro para nós, apesar das adversidades. Demonstramos um alto poder de reinvenção, que com certeza norteará nosso futuro. Em meu discurso de posse propus uma analogia entre o Tribunal e uma bela orquestra. É assim que nos vejo! Todos nós buscamos nos espelhar numa bela orquestra, na qual cada um toca com esmero seu instrumento, mas em grande harmonia com os demais – toca, vigorosamente e, em tom uníssono, produz assim uma bela e forte melodia: A prestação jurisdicional de qualidade e eficiência. Prestação jurisdicional de excelência é a nossa premissa, é o que nos impulsiona! Estar à frente do segundo maior Tribunal do Trabalho do país, de reconhecida efetividade, é um grande desafio que demanda o emprego de técnicas avançadas de governança e planejamento,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

assim como a adoção de soluções criativas, sem descuidar da saúde e da integridade de todos. E assim estamos prontos para enfrentar os possíveis obstáculos que virão! Fazendo o melhor uso da tecnologia, com o trabalho remoto, híbrido e presencial manteremos nossos esforços buscando a produtividade e a eficiência tão almejadas pelos cidadãos e que o período exige! Finalizo essas breves palavras com um poema de minha autoria, que traz uma mensagem de esperança e paz: Hoje, uma faixa luminosa... E hoje eu quis dizer ao céu, e hoje eu quis falar para música, revelar um som contido não imaginário... E hoje eu ouvi cintilações, e hoje eu me procurei - em infinito, e hoje eu vislumbrei a paz... É, é um hoje muito especial. Senti um tênue gosto de liberdade, tive a leve impressão de ser... E o hoje foi real. Voltei a dizer coisas para o céu, voltei a invadir-me de som, voltei a ansiar plenitude... Voltei a encher-me de poesia, voltei a penetrar nas luzes, a querer alcançar na busca, no caminho, o caminho... E tudo isso foi hoje, no meio de um sempre imenso... Que em 2022 o grande amor universal pregado pela doutrina cristã seja o nosso caminho! Muito Obrigada.”

A seguir, fez uso da palavra Sua Excelência a Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Juíza Renata Gil De Alcântara: “Boa tarde a todos e todas. É com imensa alegria que eu participo dessa sessão solene de abertura do ano judiciário da Justiça do Trabalho do TRT-15 e para mim, é motivo de muito orgulho, porque é a primeira vez que eu participo de um ato solene, com fala, na Justiça do Trabalho. Essa justiça que é tão cara a todos nós, que muitas vezes é invisibilizada. Mas que tem desempenhado um papel relevantíssimo para o país e para a democracia brasileira. Eu gostaria de cumprimentar toda essa Corte nas pessoas da Presidente Ana Amarylis, que se revelou além de uma excelente gestora, uma poetisa de primeira linha. Eu não conhecia esse seu talento, Presidente Ana Amarylis. Cumprimentar também em nome da Corregedora Ana Paula, todos os integrantes da Corte, todos os magistrados e cumprimentar em nome do meu amigo, o Polastro, que conduz hoje o movimento associativo neste Tribunal, nessa AMATRA XV, cumprimentar todos os dirigentes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

associativos. E durante esse pouco tempo que eu estive aqui eu notei que não são poucos, são muitos dirigentes associativos tanto regionais como nacionais. O que só torna o meu lugar aqui desconfortável, sobremaneira. Cumprimentar todos os integrantes do Sistema de Justiça, o Ministro Emmanoel, que se fez presente de forma virtual, mas com quem eu estive nessa exata semana tratando exatamente de temas que são levados a Brasília pela AMATRA, pelo TRT-15, e dizer em breves palavras, que essa é uma sessão solene, né, e a gente não deve cansar os nossos espectadores. Dizer que eu tenho muito orgulho, Presidente, Decano, eu tenho muito orgulho de conduzir os dezoito mil Magistrados brasileiros, nessa que é a maior Associação de Magistrados do mundo. Pelo menos em países democráticos. E nesse país em que a gente tem o desafio de julgar setenta e cinco milhões de processos com apenas dezoito mil Juízes e aproximadamente um milhão e trezentos mil Advogados inscritos na OAB. Então isso não é um desafio pequeno, nenhuma Justiça do mundo tem o acesso à justiça que o Brasil tem. E nós temos nos revelado julgadores muito eficientes. Nós sabemos através de pesquisas realizadas pela própria AMB, que o tempo de processo é um grande fator que nos deixa angustiados, tantos os usuários do sistema de Justiça como os próprios magistrados. Mas nós temos trabalhado firmemente para entregar à população o que ela de nós espera. E eu faço um relevo bastante claro com relação à Justiça do Trabalho, porque foi essa justiça que entregou ao país no período de pandemia, no período de maior angústia social, de saúde, milhões e milhões de reais e conferiu a proteção aos trabalhadores que estavam na linha de frente, através de suas decisões judiciais. Nós fizemos na AMB, uma campanha muito forte logo após a decretação da pandemia, intitulada “a justiça não pára # a justiça não pára”, que depois foi encampada por vários segmentos da sociedade, foi encampada por vários segmentos do sistema de justiça, e essa campanha nos revelou a qualidade e a quantidade de decisões judiciais que foram importantes para o salvamento de vidas. No âmbito da justiça estadual, nós tivemos, por exemplo, a formação de jovens médicos, antes do seu tempo de formação, para que eles



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

pudessem se dedicar a tantos doentes e a tantas pessoas em estado gravíssimo nos hospitais. Nós tivemos decisões que salvaram vidas, que abriram, por exemplo, empresas que estavam falidas e abriram espaços para construção de hospitais de campanha. Então, a Justiça se fez presente no momento de angústia da sociedade e trouxe números que são números absolutamente surpreendentes. E são esses números, senhoras e senhores integrantes dessa Corte, que eu pretendo levar nessa viagem que eu faço hoje aos Estados Unidos. Números reveladores de que a justiça brasileira é uma das mais eficientes do mundo, de acordo com o volume de processos que nós temos. Então a gente tem que deixar de lado esse complexo, de que nós não estamos entregando, porque nós estamos entregando sim, com qualidade e com juízes independentes. E eu também faço uma grande chamada para essa questão da independência judicial, porque no mundo nós estamos vivendo um retrocesso com relação a esse tema. Na Polônia, nós tivemos agora, a criação de um comitê que pode punir juízes, destituir juízes, de acordo com seu posicionamento judicial. Nós tivemos recentemente, a corte de El Salvador, também destituindo magistrados em razão de suas decisões contra o governo. São inúmeras histórias e inúmeras chamadas para que a AMB fale nesses foros internacionais, demonstrando que no Brasil os juízes são independentes, e que as nações que evoluem e que caminham para o progresso, precisam de uma magistratura independente. Nossas prerrogativas são constitucionais, ao contrário das prerrogativas dos demais servidores públicos, não é à toa. A opção do legislador constituinte foi direcionada à proteção da própria sociedade. Eu dizia que a Justiça do Trabalho, falava agora com o Decano antes de começarmos a sessão, que a Justiça do Trabalho é um pilar fundamental para a democracia do país. Que não há um país democrático que não proteja os direitos sociais dos seus cidadãos. E aqui no Brasil a gente faz essa proteção. E a Justiça do Trabalho terá no ano de 2022, uma postura que será reveladora, porque ela vai enfrentar a questão da precarização das relações de trabalho. Nós temos trinta milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, com fome,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

que trabalham de forma informal, e que precisam da regulação dessas relações. A gente tem o home office, que é uma novidade e tudo o que isso implica nessas relações de trabalho, a terceirização, a uberização, que também já é um fator de estudo na academia. Eu mesma estou cursando mestrado, tive uma disciplina que cuidava especificamente desse tema. Então, são desafios, que será essa Justiça, essa casa, que vai entregar ao país e será modelo por certo ao mundo inteiro, em razão da capilaridade que a justiça brasileira tem nesse país de dimensões continentais. Eu faço, terminando aqui minha fala, para não me tornar cansativa, eu deixo um registro também, que na minha opinião é relevantíssimo do papel da Justiça no cenário nacional, nesse momento em que a gente discute democracia, nesse momento em que a gente se avizinha de um pleito eleitoral que será duríssimo e que precisará da força da Justiça Eleitoral e da independência de nossos magistrados. Nós estamos entregando à sociedade brasileira campanhas importantíssimas de proteção à vida de mulheres. Vocês devem ter acompanhado a campanha sinal vermelho, que é aquela que com um X na mão, a mulher de forma silenciosa tem buscado socorro, e ela tem sido importante para o salvamento de vidas. Mas, mais importante do que tudo isso, para a garantia de nossa liberdade constitucional. Porque as mulheres têm direito de escolher onde querem viver, como querem educar seus filhos, o que querem comer. Têm direito a ter, a fazer uso do seu salário, porque muitas sofrem violência econômica. E essa campanha se tornou uma política pública, através de uma ação da Associação dos Magistrados Brasileiros. Ela é lei federal, já é lei em vinte estados brasileiros, ela já está acoplada a todo trabalho, por exemplo, de instituições como o Banco do Brasil, todos os cartórios brasileiros. O TSE, através do Ministro Barroso que implementou a campanha em todos os tribunais regionais eleitorais do país, a revelar que nós não somos só criativos, nós somos também corajosos. E fomos corajosos também, ao resgatar vinte e seis pessoas do Afeganistão. Sete Magistradas, três Magistrados, que são casados com elas, crianças de zero a onze anos e famílias que estavam condenadas à morte pela ruptura do estado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

democrático no Afeganistão, pela tomada daquela nação pelo Talibã, uma organização terrorista. Essas famílias hoje, que estão conosco em Brasília, eu digo que eu ganhei vinte e seis novos filhos. E vocês podem imaginar a responsabilidade que é trazer pessoas para o nosso país, de uma cultura muito diferente, uma cultura patriarcal. As mulheres, elas precisam usar hijab no rosto, porque não podem se mostrar para a sociedade, sob pena de sedução, segundo as leis religiosas que eles seguem. Mas nós trouxemos essas mulheres para que elas deem um exemplo ao mundo. E o Brasil foi exemplo para o mundo, nós nunca tivemos um plano de ação humanitária tão bem executado e estruturado, com o apoio do Governo Federal, com apoio do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e o que nós gostaríamos é de dizer ao mundo que o Brasil respeita os Direitos Humanos, o Brasil tem preocupação com o retrocesso civilizatório que o oriente está impondo ao mundo. Eu já dizia isso antes da guerra, dessa guerra nefasta que tem também tornando a nossa vida uma vida angustiante, porque a gente tem assistido às cenas de destruição, de morte de pessoas inocentes, de civis, de não respeito a corredores humanitários. Mas eu dizia que o Brasil dá um grande exemplo de impedimento desse retrocesso civilizatório, quando ele toma uma atitude vanguardista na questão do abrigo humanitário. Todas essas mulheres hoje estão empregadas em Brasília, num escritório que trabalha com imigração, para que elas tenham contato com as famílias delas que estão no Afeganistão. Muitas já sem alimentos e sem salários nenhum, uma preocupação gigantesca. Estão com os filhos matriculados em escolas particulares porque conseguimos um convênio com a rede Marista, possuem plano de saúde, plano dentário com cobertura completa, e eu espero que elas possam criar esses filhos que nascerão aqui no Brasil, porque tem algumas que estão grávidas, e os filhos que já nasceram e dessa terra e nessa terra vão viver, que eles possam dar esse exemplo de liberdade, que é o exemplo que nós construímos nessa nação. Então, eu queria mais uma vez agradecer essa oportunidade. Dizer que a AMB é a casa de todos nós, nós somos a maior entidade representativa da magistratura. Mas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

nós temos um compromisso muito grande e sério, que é a representação da magistratura nacional no Supremo Tribunal Federal. Só a AMB pode demandar em causas que interfiram em todo o Poder Judiciário Nacional. E por isso, nós somos hoje os maiores demandantes institucionais no Supremo Tribunal Federal. É algo que não nos deixa orgulhosos, porque temos muitas demandas, para sermos os maiores temos muitas demandas. Mas é revelador de que o nosso posicionamento independente também tem ocasionado uma tranquilidade maior aos magistrados com relação ao exercício de sua função. Temas diversos são tratados com relação a nossa pauta institucional, corporativa, a pauta remuneratória, a pauta de exercício da jurisdição, mas também, a contestação de leis importantes que acabam retirando direitos dos cidadãos brasileiros. Faço um convite a quem ainda não é filiado à AMB para que se filie, voluntariamente. As nossas fichas estão no nosso site e que vocês acompanhem nosso trabalho com sugestões, elas são muito bem-vindas. A gente não tem a pretensão de acertar sempre. Mas saibam que eu, a Renata Gil, trabalha de manhã, de tarde e de noite, todos os dias desse meu mandato de três anos, que vai se encerrar em dezembro, por uma justiça respeitada, por magistrados que tenham orgulho, e eles têm, no nosso país, de serem magistrados. Muito Obrigada!”

A Excelentíssima Procuradora-Chefe em exercício da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, Luana Lima Duarte Vieira Leal, fez uso da palavra: “Boa tarde a todos e todas. Excelentíssima Desembargadora Doutora Ana Amarylis Vivacqua, de Oliveira Gulla, Digníssima Presidente desta Corte, em nome de quem saúdo todos os Desembargadores integrantes deste Tribunal. Excelentíssimo Juiz do Trabalho Doutor Sérgio Polastro, na pessoa de quem cumprimento todos os Magistrados integrantes também deste Tribunal. Ilustríssimo Doutor Ricardo Ortiz, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa de quem cumprimento todos os advogados que atuam perante este Tribunal. Prezadas Servidoras, prezados Servidores; todos os que nos assistem presencialmente e também virtualmente, na pessoa de quem, cumprimento,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

observei, na tela inicial, que nos honra também com a sua audiência, o Ministro Alberto Bastos Balazeiro, nosso caro ex-colega de carreira, que muito nos orgulha, pelo recente ingresso na mais alta Corte Trabalhista do país. Primeiramente, registro minha imensa satisfação em representar o Ministério Público do Trabalho, PRT 15ª Região, nesta solenidade, considerando que a situação epidemiológica no presente momento nos abriu essa janela de oportunidade, que espero que não só se mantenha, como se amplie. Peço vênia para compartilhar uma excelente notícia, recebida essa semana, de que os sistemas de saúde, destinados à notificação de casos de Covid, não registraram, em 13/03/2022, passados dois anos da pandemia, nenhum caso de Covid no Município de Campinas. Minha homenagem e sincera gratidão a todos os profissionais dos serviços de saúde, em especial, que integram o Sistema Único de Saúde. Satisfação, em especial, por refletir que esse momento solene, que marca, oficialmente, a Abertura do Ano Judiciário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos proporciona um resgate ao sentido mais humano de atos como este, o conagraçamento e a interação entre as pessoas, unidas por ideias e missões convergentes. Ao findar do ano de 2021, como alguém que distribui importância e peso das palavras na definição de estados psíquicos, a demandar posicionamento perante as situações da vida, tive uma impressão pessoal de fechamento de ciclos, não só de um ano o que então findara, mas de quase um biênio, de intensas transformações, passadas desde a declaração da pandemia de Coronavírus. E as duas palavras definidoras desses sentimentos foram gratidão e esperança. A gratidão por todas as experiências vividas, pela consciência que toda crise, enquanto momentânea inadequação entre a ideia, sua estrutura, e um novo contexto, gera oportunidades de crescimento e aprendizado. Isso pudemos constatar e testemunhar, não apenas em níveis pessoais, mas também a nível institucional, sendo perceptíveis os ganhos de eficiência e produtividade das instituições brasileira que integram o Sistema de Justiça, em patamares superiores, em muitos aspectos, aos observados em países desenvolvidos, o que deve ser motivo de orgulho para os brasileiros. Retomando o outro citado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

sentimento, a esperança, de que esse ano traga consigo as condições que nos proporcionem a recuperação, em todos os níveis, social, econômico e pessoal. Mas, para além de um mero pensamento positivo ou um anseio, que seja transformado em motivação, levando à ação, e que seja o motor da resiliência que tanto precisamos desenvolver, em especial, no último biênio. Merece relevo ressaltar, nesse contexto, que o Tribunal Regional do Trabalho não se furtou, no período das mais intensas restrições geradas pelo acatamento da diretriz de distanciamento social, ao seu dever constitucional de garantir acesso aos jurisdicionados aos relevantes serviços por ele prestados. E muito desse esforço, da criatividade na busca pelas melhores soluções, com incremento da incorporação de inovações tecnológicas, passarão a integrar, de modo mais permanente, as rotinas de trabalho de Juízes, Desembargadores, Servidores, Advogados e Procuradores do Trabalho que atuam perante esse Tribunal. Todo esse empenho reafirmaria o comprometimento deste Regional com a celeridade e eficiência na prestação jurisdicional, fazendo com que sempre afigure, no cenário nacional, como das mais destacadas Cortes Trabalhistas Regionais, não só em termos numéricos, mas também pela excelência e vanguarda, que engrandece a força e potência da região de Campinas e interior. Igualmente imbuído de sua missão institucional, o Ministério Público do Trabalho permaneceu firme na defesa dos direitos coletivos constitucionalmente garantidos aos trabalhadores, tendo como desafio adicional, além de readequar sua estrutura e serviços, a fim de proporcionar a continuidade de suas atividades, buscar e propor, calcado em Princípios Constitucionais, medidas e providências de correto enfrentamento da crise pandêmica no âmbito das relações laborais, mesmo quando, em muitos momentos e contextos, não se vislumbrava uma solução adequada extraída pela literalidade da normatividade infraconstitucional. Cita-se, como exemplo, o que ocorrera com a defesa, desde o início da pandemia, da necessidade de afastamento das gestantes das atividades presenciais, o que veio a ser legalmente definido apenas mais de um ano depois. Inspirados pela gratidão, pelos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

aprendizados, e pela esperança que nos leva à ação, conseguimos, em que pesem todas as experiências dolorosas e crises vivenciadas, precisamos vislumbrar um horizonte mais longínquo, de superação, o que, em especial, no âmbito das instituições que compõem o Sistema de Justiça Laboral, se nos mostra ainda mais desafiador do que enfrentar o passivo advindo da crise pandêmica. Mesmo antes desse contexto, em passado recente, são notórias as intensas modificações trazidas pela reforma trabalhista, no geral, com intento de rebaixar patamares civilizatórios mínimos, historicamente consolidados nas relações de trabalho, sendo nítido seu viés precarizante. Para fazer face a essas investidas, sobreleva ressaltar a importância da atuação do MPT, como sendo promotor dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e Trabalhadoras, que deve também ressoar, com especial sensibilidade, no âmbito da Justiça do Trabalho. Sendo o curso da história da humanidade marcado por avanços e retrocessos, como ciclos históricos, no particular, em matéria dos direitos constitucionalmente garantidos aos trabalhadores, vemos a necessidade de não só avançar na promoção dos direitos dos trabalhadores, mas de resistir e de recuperar. E como diria Martin Luther King Jr., sobre a esperança, devemos aceitar a decepção finita, mas nunca perder a esperança infinita. Desejo a todos e todas um excelente ano de trabalho, com muita saúde, força e coragem, para vencermos os desafios diários!”

O Excelentíssimo Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região, Juiz Sérgio Polastro Ribeiro, fez uso da palavra: “Boa tarde a todos. Excelentíssima Desembargadora Presidente desta Corte, Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa alta. Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras do Egrégio TRT da 15ª Região e Excelentíssimos Senhores Desembargadores desta casa; minhas colegas Juízas, meus colegas Juizes de primeira instância; Procuradoras e Procuradores do Ministério Público do Trabalho; Senhoras Advogadas, Senhores Advogados; Senhoras e Senhores, mais uma vez, meus cumprimentos, minha boa tarde a todos. Talvez uma conclusão desse período



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

pós-pandêmico, assim esperamos, que seja senso comum é de que o mundo mudou e nunca mais será o mesmo. Mas quando foi que o mundo deixou de mudar? Heráclito de Éfeso, filósofo pré-socrático, dizia que um homem nunca se banha duas vezes no mesmo rio, porque quando ele volta àquele rio, ele já não é mais o mesmo e aquelas águas também não são mais as mesmas. Esse é o curso do mundo, a humanidade enfrentou e vai continuar a enfrentar catástrofes, pandemias, agora assistimos a uma nova guerra, com dimensões que ainda não sabemos. Crises, conflitos. Mas, diante de todo esse cenário, nós assistimos um Judiciário, como disse a colega Renata Gil, que não parou, e não pára. Esta casa não parou. Nos reinventamos, mudamos sim, voltamos ao novo rio como novas pessoas, como novos Magistrados, para enfrentar novos dilemas, novos desafios. Agora, não apenas o trabalho híbrido, o trabalho remoto, mas amanhã, talvez, o trabalho virtual. Discutimos outro dia na nossa escola Smart 15, o trabalho no metaverso, como funciona isso, quem é meu empregador, quem me contratou, onde esse ambiente virtual está sediado, como nós entregaremos uma intimação para aquele sujeito que é um avatar do metaverso e que a gente não sabe nem se ele existe de verdade, onde ele existe, onde ele está. Mas o rio continua correndo, as águas não param. Graças a Deus por isso. A sociedade evoluiu. A pandemia trouxe muitas coisas, e uns falam: a pandemia talvez tenha trazido coisas boas. Não, a pandemia não trouxe nada de bom. A pandemia trouxe morte, trouxe tristeza, trouxe decepção. Mas a sociedade conseguiu responder a ela com tantas coisas boas. Vimos solidariedade, humanidade, proximidade. Pessoas descobriram o valor da família, do abraço, da vida. Do cuidado, do cuidado no ambiente, do cuidado com as pessoas próximas. A pandemia não trouxe nada, mas a sociedade, as suas instituições, o capital e também o trabalho, muito trabalho, trouxeram muitas inovações, e que vieram de fato, para ficar. Serão aprimoradas, serão melhoradas, serão aplicadas, nesse rio da vida que continua a correr. E esse, eu creio que é o TRT-15 de 2022. Um TRT que se reinventou, um Judiciário que se reinventou. Que mesmo em meio à pandemia como nossa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

Presidente disse, trouxe números impressionantes de produtividade. E se olharmos um TRT tão grande, que alcança uma área territorial imensa no Estado de São Paulo. É um Tribunal que tem carência de magistrados, é um tribunal que tem uma grande carência de Servidores, e como isso, com uma grande demanda, diante de uma estrutura que não está à altura dessa demanda, como pode superá-la? Através desses magistrados, dessas magistradas, que se reinventam, a cada dia. Que não param diante da pandemia, que não param diante das crises. Estão aí. Novas crises agora, o desemprego, o subemprego e tantas situações que nós temos que enfrentar e eu vejo colegas de trabalho, de Magistratura, que não pararam, não só de trabalhar, mas não pararam de estudar, de se aperfeiçoar, durante esse período da pandemia e de trazer tantas contribuições, tantas inovações que nos enchem de orgulho. Excelentíssima Doutora Ana Amarylis, esse Tribunal nos enche de orgulho! O TRT-15 está preparado para o ano de 2022. Através da força de seus magistrados e dos seus servidores que fazem a diferença nesse nosso Tribunal Paulista. Eu desejo a todos os meus colegas de Magistratura em nome da AMATRA XV, essa Associação que congrega mais de quatrocentos e cinquenta Magistrados, que eu tenho orgulho de representar. Magistrados aposentados, desembargadores, juízes titulares, juízes substitutos e até os pensionistas: A AMATRA XV congratula esta Corte, deseja um ano profícuo, abençoado de trabalho e que Deus nos abençoe. Muito obrigado."

O Doutor Ricardo Ortiz de Camargo, Presidente da Comissão Especial de Relacionamento da Ordem dos Advogados do Brasil com o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, fez uso da palavra: "Boa tarde a todos. Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, na pessoa de quem cumprimento as demais autoridades que compõem a mesa. Cumprimento, ainda, os magistrados, os advogados, senhoras e senhores. Nesta sessão plenária inaugural do Ano Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por sua atual Diretoria, na pessoa de sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

Presidente Patrícia Vanzolini, reitera os votos de seu irrenunciável compromisso, firme e imparcial, sereno e com temperança, na busca com este Tribunal do diálogo institucional, sempre atenta e com as mãos estendidas para que juntos possamos, respeitando nossas independências e reconhecendo nossas missões, procurar solucionar os nossos problemas para que o jurisdicionado – razão de ser de todos nós – possa ser acolhido em seu desideratum. Este equilíbrio é parte do que se espera de todos nós, atores do direito, se observarmos o dever de nos pautar pelas veredas do diálogo, do respeito às diferenças e da compreensão do valor permanente do princípio da independência e harmonia. Os problemas vivenciados pela Advocacia e a Magistratura, não são dilemas que afligem individualmente a cada um destes órgãos e destas instituições importantes. São problemas que se relacionam com a maior autoridade de todas em um Estado Democrático de Direito, que é o cidadão. São impasses que, se solucionados, terão a finalidade única e exclusiva de fazer com que a convivência social do cidadão brasileiro, do cidadão paulista, seja cada vez mais acertada e no caminho da pacificação social. Despiciendo lembrar que a OAB/SP, é uma Instituição historicamente compromissada com a democracia, a diversidade, a transparência e a inclusão social. E esses temas continuaram sendo pilares da atual gestão. Os advogados poderão ser amantes da polêmica na medida em que o contraditório leve à aplicação do melhor Direito e da melhor justiça, pois esta Justiça há de requerer sempre o tributo da fé na célere caminhada da humanidade em direção ao bem comum. Haveremos, sim, Senhora Presidente, e demais membros deste Tribunal, de juntos também fazermos a caminhada do reconhecimento de que não há espaço para a busca da paz social e da solução dos conflitos sem o reconhecimento da indispensabilidade da Advocacia em todos os espaços da administração da Justiça. A missão atribuída pelo artigo 133 da Carta Magna à Advocacia, de ser indispensável à administração da Justiça, de estar ao lado do cidadão – não importa o momento de maior dificuldade que ele esteja a vivenciar – requer de nós a compreensão de que a Advocacia ao lado do cidadão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

contribuirá para que possamos buscar todos os meios de solução de conflitos, sem qualquer desconforto ou desconfiança com os caminhos que possam ser apresentados. Não restam dúvidas que este Sodalício Tribunal no exercício de sua jurisdição constitucional, que abrange quinhentos e noventa e nove municípios paulistas com cento e cinquenta e três Varas do Trabalho, com a dimensão de suas responsabilidades, é notoriamente enriquecido com a diversidade do perfil de seus Eminentíssimos Desembargadores, prestigiando os valores essenciais exigidos pela sociedade, o que traduz no aumento da produtividade dos julgados a cada ano, com inúmeros projetos relevantes, como por exemplo, o Projeto Tramitação Otimizada, Projeto de Capacitação de Magistrados e Servidores, Projeto Garimpo, as doações para iniciativas de combate à pandemia, o Balcão Virtual, dentre outros. Sabemos que qualquer passo do país na trilha dos avanços institucionais passa, necessariamente, pelo fortalecimento do Poder Judiciário. E, por sabermos que os momentos difíceis por que a nação passa têm trazidos dissabores a este Poder, queremos, neste momento, reafirmar nossa crença, a nossa firme disposição, a nossa vontade de estar à frente das lutas que se fizerem necessárias para preservar o desenvolvimento do Direito do Trabalho e o fortalecimento da Justiça do Trabalho, pois o que já foi realizado nos dá a esperança para o que podemos e devemos fazer amanhã. Busca-se observar o trinômio apontado por Miguel Reale. Lei, Direito e Justiça. Que as ações de alcance estratégico propostas por este Tribunal, se afirmem ancoradas em ideias fortes e mobilizadoras e num conjunto de valores transversalmente partilhados pela sociedade. Concluindo, invocando mais uma vez a condição deste Egrégio Tribunal, na condução da paz nas relações entre empregados e empregadores, pois sem ela não há direito que sobreviva, muito menos Justiça, e recordando o pensamento do jurista Rudolf Von Ihering, na sua obra “A Luta pelo Direito”, quando diz ‘O Direito não é pura teoria, mas força viva... É um trabalho incessante, não somente dos poderes públicos, mas ainda de uma nação inteira’. Que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

Deus nos abençoe nesta caminhada que, seguramente, faremos juntos. O agradecimento é a memória do coração. Obrigado a todos.”

A Doutora Luciana Gonçalves de Freitas, Presidente da Subseção de Campinas da Ordem dos Advogados do Brasil, fez uso da palavra: “Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento, na presença da Doutora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla e da Doutora Ana Paula Pellegrina Lockmann, todos aqueles e aquelas que compõem a mesa alta. Todos os Desembargadores e Desembargadoras, Juízes e Juízas, Advogadas e Advogados. É com imensa satisfação que, como campineira que sou, posso exercer a palavra nessa cerimônia de abertura de trabalhos para este ano, em nome da OAB - 3ª Subseção de Campinas - da OAB São Paulo. É com grande orgulho que fomos eleitos no ano passado, para exercer a direção dessa tão significativa casa, que é acolhida, sempre, com muita receptividade por este Tribunal. Em todas as oportunidades, eu, o Doutor Paulo Braga, que é o Vice-Presidente, Doutor Cláudio Vieira, que é o Secretário-Geral, Doutor André Amin, Secretário-Geral Adjunto e a Doutora Stella Serafini, nossa Tesoureira, sempre recorreremos e pedimos aí à Doutora Ana Amarylis a oportunidade de conversarmos e discutirmos o futuro, inclusive dessa retomada. Momentos difíceis como foram os da pandemia, e que ainda, por vezes enfrentaremos. Mas também, de discutir o futuro de como seria, e como vai ser toda essa retomada. Então as minhas palavras são no sentido de agradecimento pela participação, pela escuta ativa e por todas as oportunidades que temos de compartilhar as aflições da advocacia. Em especial, com relação à nossa Subseção, é que tenho a honra de fazer parte da cidade que também acolhe a sede deste Tribunal. Gostaria também de parabenizar, diante de todas as informações que tivemos aqui, por índices que refletem o que já sabemos também. Que é uma competência, que é uma dedicação ao trabalho, que supera processos e aflições. Porque aqui ouvimos até mesmo a ajuda humanitária prestada àqueles que necessitam. A palavra da nossa diretoria é no sentido de que, realmente constatamos que durante todo esse período difícil que vivemos podemos contar, além do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Seção de Ações de Competência do Tribunal Pleno / Órgão Especial Administrativo

diálogo, com a preocupação, com a possibilidade de relatarmos todas as dificuldades, todas as aflições que encontramos enquanto advocacia, para a condução dos nossos trabalhos. E este Tribunal sempre nos deu a oportunidade de que, além de relatar, pudéssemos conversar a respeito de possibilidades e de soluções. Eu gostaria de parabenizar o trabalho de todos, até aqui, sem dúvida. Mas, em especial, de registrar esse momento histórico. Porque afinal de contas, falo na representação, através da representação feminina junto à 3ª subseção da OAB Campinas. Mas tenho o prazer de também ouvir as falas da Presidente deste Tribunal. De ter a Corregedora também, aqui, presente. De ter uma representante do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região e também uma representante para Associação dos Magistrados do Brasil. Todo trabalho que é feito em conjunto é sempre muito louvável. Ou até mesmo todo o trabalho que já foi feito até aqui. Mas participar desse momento histórico que na minha opinião assim o é, é motivo de muito orgulho até mesmo pessoal para mim. Eu desejo, em nome da nossa instituição, um ano de trabalho repleto de saúde. Que nós possamos encontrar todas as soluções que ainda falem, em conjunto. E eu tenho certeza que a realização desse trabalho será de muita competência e o trabalho será muito profícuo, pois sempre o foi até aqui. Uma boa tarde a todos. Obrigada.”

Nesta ocasião, o Cerimonial agradeceu a participação das tradutoras de libras Rafaela e Maria e ao músico Marcelo Louback, pelo brilhante trabalho executado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a solenidade e eu, Secretário-Geral Judiciário, nos termos do artigo 145 do Regimento Interno, lavrei a presente Ata que, assinada pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente, será por mim subscrita.

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
Desembargadora Presidente do Tribunal

Paulo Eduardo de Almeida
Secretário-Geral Judiciário